



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).  
São Paulo, 12 de março de 2024

de 2023, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).  
Diretoria Executiva

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 e 2022

Notas	Dezembro		Notas	Dezembro	
	2023	2022		2023	2022
(Em milhares de reais)					
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>4.461.012</b>	<b>1.788.483</b>	<b>3.790.781</b>	<b>1.566.871</b>	
Disponibilidades	4	7.260	29.197		
Instrumentos financeiros					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.269.439	152.064		
Títulos e valores mobiliários	5	1.245.866	912.339		
Carteira de câmbio	7	1.932.651	687.926		
Negociação e intermediação de valores	8	2.222	3.469		
Outros ativos	9	3.574	3.488		
<b>Não circulante</b>	<b>29.595</b>	<b>181.402</b>			
Realizável a longo prazo	<b>20.475</b>	<b>171.769</b>			
Instrumentos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	5	-	154.491		
Ativos fiscais diferidos	11.b	4.633	2.579		
Outros ativos	9	15.842	14.699		
Permanente	10	9.120	9.633		
Imobilizado de uso	10	9.445	8.952		
Intangível	10	13.007	10.611		
(-) Depreciações e amortizações	10	(13.332)	(9.930)		
Depreciações acumuladas	10	(7.404)	(6.391)		
Amortizações acumuladas	10	(5.928)	(3.539)		
<b>Total do ativo</b>	<b>4.490.607</b>	<b>1.969.885</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>			<b>3.790.781</b>	<b>1.566.871</b>	
Depósitos a prazo					
Instrumentos financeiros	13	303.969	404.404		
Obrigações por empréstimos no exterior	14	1.535.450	444.091		
Carteira de câmbio	7	1.932.914	687.888		
Provisões					
Provisão para despesa de pessoal	17	7.514	7.367		
Credores diversos no país		722	725		
Outros pagamentos		60	80		
Outras		214	124		
Outros passivos					
Sociais e estatutárias		6.248	6.418		
Fiscais e previdenciárias	11.a	3.680	15.768		
Cobrança Arrecadação de Tributos e Assemelhados		10	6		
<b>Não circulante</b>					
Exigível a longo prazo		1.098	175		
Passivos fiscais diferidos	11.d	1.098	175		
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>698.728</b>	<b>402.839</b>		
Capital social:					
De domiciliados no exterior	15.a	394.266	394.266		
Aumento de Capital:					
De domiciliados no exterior	15.a	294.240	-		
Reservas de lucros:					
Reserva legal		5.511	5.438		
Reservas especiais de lucros - outras		3.368	2.921		
Outros resultados abrangentes		1.343	214		
<b>Total do passivo</b>	<b>4.490.607</b>	<b>1.969.885</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas	Dezembro		Notas	Dezembro	
	2023	2022		2023	2022
(Em milhares de reais)					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>					
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme AGO de 29/04/2022					
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda					
Lucro do exercício					
Juros sobre capital próprio					
Reserva legal					
Outras reservas					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>394.266</b>	<b>294.240</b>	<b>5.438</b>	<b>2.921</b>	<b>214</b>
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme AGO de 26/04/2023					
Aumento de capital conforme AGE de 05/12/2023					
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda					
Lucro do exercício					
Juros sobre capital próprio					
Reserva legal					
Outras reservas					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>394.266</b>	<b>294.240</b>	<b>5.511</b>	<b>3.369</b>	<b>1.343</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>394.266</b>	<b>294.240</b>	<b>5.438</b>	<b>9.338</b>	<b>1.299</b>
Aumento de capital conforme AGE de 05/12/2023					
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda					
Lucro do exercício					
Juros sobre capital próprio					
Reserva legal					
Outras reservas					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>394.266</b>	<b>294.240</b>	<b>5.511</b>	<b>3.369</b>	<b>1.343</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022

#### 1 | CONTEXTO OPERACIONAL

O State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar na forma de Banco Comercial e tem como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à sua carteira comercial autorizada, bem como operações de Câmbio, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às Companhias da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras Companhias, como sócia ou acionista.

#### 2 | APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: Resolução nº 4.924/21 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1); Resolução nº 4.524/16 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R2); Resolução nº 4.910/21 - Demonstrações do fluxo de caixa - CPC 03 (R2); Resolução nº 4.818/21 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25; Resolução nº 4.818/21 - Eventos subsequentes - CPC 24; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1); Resolução nº 4.924/21 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erro - CPC 23; Resolução nº 4.924/21 - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - CPC 00 (R1); Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1); Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1); Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado - CPC 27; Resolução BCB nº 02/20 - Elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 12 de março de 2024.

#### 3 | PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Auração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. b) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do BACEN. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, do Conselho Monetário Nacional, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados conforme previsto na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e estão demonstrados levando em consideração os seguintes critérios de registro e avaliação contábil: *Títulos para negociação* - adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período; *Títulos disponíveis para venda* - aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, que são transferidos para o resultado do período em que houver efetiva realização; *Títulos mantidos até o vencimento* - para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeção de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos (Circular nº 3.129/2002 do BACEN). São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, em contrapartida ao resultado do período. f) **Instrumentos financeiros derivativos: Operações de futuros** - de acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do BACEN, os ajustes diários das operações de futuros são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período. g) **Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. h) **Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base "pro rata" dia. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda, quando devido, é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social, quando devida, é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20%. De acordo com o art. 1º da Lei 14.446 de 2 de Setembro de 2022, a alíquota da contribuição social é de 21% a partir de 1º agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. A alíquota de 20% retornou a partir de 1º de Janeiro de 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, despesas temporariamente inaduetivas e ajustes de marcação a mercado sobre instrumentos financeiros, quando existente, são reconhecidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização. j) **Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimado dos bens, pelas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, e sistema de processamento de dados e veículos - 10%. k) **Intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa máxima anual de 20%. l) **Depósitos:** São demonstrados pelos valores de exigibilidade e contemplam as variações monetárias, bem como os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. m) **Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, incorporando os encargos incorridos, demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. n) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor contábil de um bem ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Até o momento não existem indícios de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros. o) **Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações fiscais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor. As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. p) **Resultado não recorrente:** De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição. Não houve resultado não recorrente no exercício de 2023.

#### 4 | COMPOSIÇÃO DO CAIXA E DO EQUIVALENTE DE CAIXA

Notas	Dezembro		Notas	Dezembro	
	2023	2022		2023	2022
(Em milhares de reais)					
- Disponibilidades em moeda nacional		1.174		1.037	
- Disponibilidades em moeda estrangeira		6.096		28.160	
<b>Total de disponibilidades</b>		<b>7.260</b>		<b>29.197</b>	
Aplicações em operações compromissadas		1.269.439		152.064	
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>1.269.439</b>		<b>152.064</b>	
<b>Total de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>1.276.699</b>		<b>181.261</b>	

#### 5 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por classificação:

Descrição	Dezembro		Dezembro	
	2023	2022	2023	2022
<b>Títulos públicos federais - Tesouro Nacional</b>	<b>1.243.425</b>	<b>2.441</b>	<b>1.245.866</b>	<b>1.066.830</b>
<b>Carteira própria</b>				
Disponíveis para venda	481.263	265	481.528	635.538
<b>Vinculados ao Banco Central</b>				
Disponíveis para venda	296.353	93	296.446	-
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>				
Disponíveis para venda	465.809	2.083	467.892	431.292

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento:

Descrição	Dezembro		Dezembro	
	2023	2022	2023	2022
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>432.806</b>	<b>813.060</b>	<b>1.245.866</b>	<b>1.066.830</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>432.806</b>	<b>48.722</b>	<b>481.528</b>	<b>635.538</b>
Letras do tesouro nacional - LTN	432.806	48.722	481.528	635.538
<b>Vinculados ao Banco Central</b>				
Letras do tesouro nacional - LTN	-	296.446	-	296.446
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>				
Letras do tesouro nacional - NTN-B	-	467.892	-	467.892
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	173.515
Letras do tesouro nacional - LTN	-	467.892	-	467.892

Os títulos públicos são classificados como valor justo de nível 1 por se tratar de títulos de alta liquidez com preços disponíveis no mercado ativo. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado considerando a cotação média dos mercados e o seu fluxo de caixa estimado, descontando o valor presente conforme as condições médias curvas de juros aplicáveis, considerando como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços. Os ajustes acumulados de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" totalizam R\$ 1.343 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 214 em 31 de dezembro de 2022), líquido dos efeitos tributários, e foram reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações com títulos e valores mobiliários geraram um resultado de receita no montante de R\$ 190.170 (R\$ 176.200 em dezembro de 2022).

#### 6 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A carteira de contratos de futuros - B3 (valores de referência) é assim sumariada:

Posição	Dezembro		Posição	Dezembro	
	2023	2022		2023	2022
<b>Comprada</b>			<b>Vendida</b>		
<b>I) Tipo:</b>					
Futuro - DOL	457.689	-	421.924	-	-
<b>II) Vencimento</b>					
Até 90 dias	457.689	-	421.924	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em receitas de R\$ 292.809 (R\$ 454.714 em 31 de dezembro de 2022) e despesas de R\$ 351.838 (R\$ 516.622 em 31 de dezembro de 2022), registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

#### 7 | CARTEIRA DE CÂMBIO

Câmbio comprado a liquidar	Dezembro		Dezembro	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	1.501.109	-	343.344	-
Passivo	-	431.373	-	344.094
<b>Total</b>	<b>1.501.109</b>	<b>-</b>	<b>343.344</b>	<b>-</b>

Câmbio vendido a liquidar

Direitos sobre venda de câmbio	Dezembro		Dezembro	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	431.542	-	344.582	-
Passivo	-	1.501.541	-	343.794
<b>Total</b>	<b>431.542</b>	<b>-</b>	<b>344.582</b>	<b>-</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações de câmbio resultaram em receitas de R\$ 995.549 (R\$ 1.502.810 em 31 de dezembro de 2022) e despesas de R\$ 995.948 (R\$ 1.429.891 em 31 de dezembro de 2022), registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado de operações de câmbio".

#### 8 | OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativo	Dezembro		Ativo	Dezembro	
	2023	2022		2023	2022
<b>Total</b>	<b>2.222</b>	<b>-</b>			



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

### 14 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS DO EXTERIOR

As operações foram efetuadas com partes relacionadas (State Street Bank and Trust Company) e realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado e taxa de juros e encargos de 5,40% a.a., acrescidos de variação. Os saldos por vencimento estão assim distribuídos:

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Até 90 dias	De 90 dias a 1 ano	Total	Total
Obrigações por empréstimos do exterior	1.535.450	-	1.535.450	444.091

No exercício, tais operações geraram despesa de juros e encargos no montante de R\$ 42.814 (R\$ 14.915 em dezembro de 2022) e despesa de variação monetária negativa do principal no montante de (R\$ 19.109), (R\$ 58.502 de despesa de variação monetária do principal em 2022).

### 15 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital, inteiramente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, está representado por 387.163.458 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuída:

- State Street International Holdings	387.163.457
- State Street International Holdings Switzerland GmBh	1

Conforme ATA AGE de 05 de dezembro de 2023, a Administração do Banco decidiu efetuar um aumento de capital social no valor de R\$ 294.240, mediante a emissão de 294.240 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista State Street International Holdings, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil. b) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode ser distribuído também na forma de juros sobre o capital próprio. De conformidade com a Lei nº 9.249/1995, a Administração do Banco decidiu em Ata da Reunião da Diretoria Executiva realizada em 29 de dezembro de 2023, pelo provisionamento de juros sobre capital próprio, limitado na forma da legislação vigente, cujo valor em dezembro de 2023 totalizava R\$ 7.350. Essa operação permitiu a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social em R\$ 1.179. c) **Reserva de capital:** Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. d) **Reserva Legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, limitada a 20% do total do capital social. e) **Reservas especiais de lucros - outras:** As reservas especiais de lucros correspondem ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria. Conforme ATA AGO de 26 de abril de 2024, a distribuição de dividendos de R\$ 6.417 relacionados a juros sobre capital próprio constituído em dezembro de 2022 foi alocado à conta de Reserva de Lucro Líquido - Outros.

### 16 | PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, vigentes nas datas das operações, conforme Resolução nº 3.750/2009 do CMN. a) **Remuneração da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 15.221 (R\$ 7.072 em dezembro de 2022). Desse montante, R\$ 10.304 (R\$ 3.677 em dezembro de 2022) são honorários de diretoria, R\$ 2.799 (R\$ 1.876 em dezembro de 2022) são despesas de pessoal, tais como encargos, previdência complementar, participações nos lucros e bônus e R\$ 2.118 (R\$ 1.519 em dezembro de 2022) são outras despesas administrativas, tais como assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, vale-refeição, alimentação, combustível e depreciação de veículos.

b) **Transações com partes relacionadas**

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Depósitos em moeda estrangeira				
- State Street Bank and Trust Company	6.086	(97)	28.160	72.894
Aplicações em moeda estrangeira				
- State Street Bank and Trust Company	-	4.692	-	5.761
Depósitos a prazo				
- State Street Bank and Trust Company	(303.968)	(43.737)	(404.404)	(47.144)
Obrigações por empréstimos do exterior				
- State Street Bank and Trust Company	(1.535.450)	(23.705)	(444.091)	(73.417)

Praxitelis Theodoropoulos - Diretor Presidente

João Luiz Macedo - Diretor Executivo e Contador - CRC 1SP264395/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas do **State Street Brasil S.A. - Banco Comercial**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou represen-

tações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12 de março de 2024

ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gerenciamento do risco operacional:** O gerenciamento de risco operacional do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas que sejam resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como de eventos externos. A estrutura de gerenciamento do risco operacional está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gerenciamento do risco de crédito:** O Banco está ciente sobre as implicações e regulamentação da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, a qual diz respeito ao cumprimento das responsabilidades, estratégias e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de crédito, mediante a supervisão da diretoria executiva do Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está pautada em política interna, em que se determinam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Banco. **Gestão de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Conforme esta resolução, o risco de liquidez é definido como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gestão de capital:** O Banco, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, possui estrutura de Gerenciamento de Capital capacitada a executar processos consistentes de avaliação de capital interno, de modo a assegurar que o Banco possua capital suficiente para fazer frente aos riscos que incorre em seus negócios, e a estabelecer metas de capital que sejam proporcionais ao perfil de risco do Banco e ao seu ambiente de controle. O gerenciamento e os controles relacionados ao capital mantido pelo Banco são baseados na identificação e avaliação de riscos relevantes ao capital, na simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, em projeções e metas de capital e na formalização de relatórios gerenciais periódicos enviados à diretoria. Para maiores informações relacionadas a gerenciamentos de riscos, que não se encontram nesta nota, visite o site: <https://www.statestreet.com/disclosures-and-disclaimers/br/legal-disclosure-brazil>.

Em 31 de dezembro de 2023, o banco possui provisão de despesa de pessoal e encargos no montante de R\$ 7.514 (R\$ 7.367 em dezembro de 2022). Desse montante, R\$ 1.860 são provisões de despesas de férias e encargos (R\$ 1.760 em dezembro de 2022) e R\$ 5.654 provisões de despesas de bônus e participações nos lucros (R\$ 5.607 em dezembro de 2022).

### 17 | DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Salários - proventos	5.642	13.231	15.924
Previdência social	2.631	5.093	5.027
Benefícios	2.154	4.057	3.134
Fundo de garantia por tempo de serviço	803	1.738	1.617
Previdência complementar	209	930	1.331
Outras despesas com pessoal	62	106	68
<b>Total</b>	<b>11.501</b>	<b>25.155</b>	<b>27.101</b>

Em 31 de dezembro de 2023, o banco possui provisão de despesa de pessoal e encargos no montante de R\$ 7.514 (R\$ 7.367 em dezembro de 2022). Desse montante, R\$ 1.860 são provisões de despesas de férias e encargos (R\$ 1.760 em dezembro de 2022) e R\$ 5.654 provisões de despesas de bônus e participações nos lucros (R\$ 5.607 em dezembro de 2022).

### 18 | OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As outras despesas administrativas estão assim compostas:

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Processamento de dados	2.494	5.092	4.661
Serviços técnicos especializados	2.224	3.871	3.014
Amortização e depreciação	1.789	3.428	2.836
Comunicações	809	1.598	1.601
Serviços do sistema financeiro	718	1.382	1.586
Serviços de terceiros	757	1.513	1.554
Aluguéis	536	1.100	1.073
Viagem no país e exterior	88	438	349
Promoções e relações públicas	108	188	338
Manutenção e conservação de bens	113	245	255
Transportes	64	147	124
Despesa de material	18	30	53
Água, energia e gás	49	150	88
Despesas de seguros	43	86	87
Publicações	26	50	35
Outras	347	694	689
<b>Total</b>	<b>10.183</b>	<b>20.012</b>	<b>18.343</b>

### 19 | ÍNDICE DE SOLVABILIDADE (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O Banco apura seus limites de patrimônio mínimo dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e normativos complementares. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2023 é de 369,94% (330,72% em dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), cuja alíquota é de 8%:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
RWA para risco de crédito	19.442	27.141
RWA para risco de mercado	48.683	35.191
RWA para risco operacional	38.734	26.051
<b>Total de ativos ponderados por risco (RWA)</b>	<b>106.860</b>	<b>88.383</b>
<b>Patrimônio de Referência mínimo para o RWA</b>	<b>8.549</b>	<b>7.071</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>386.769</b>	<b>395.767</b>
<b>Excesso de patrimônio em relação ao limite</b>	<b>376.157</b>	<b>388.696</b>

### 20 | SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### 21 | GERENCIAMENTOS DE RISCOS

**Gerenciamento do risco de mercado:** O gerenciamento do risco de mercado do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco de mercado é definido como a possibilidade de

### 22 | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução CMN nº 5.019/22 trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, os quais ainda não foram mensurados. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

### 23 | RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em dezembro de 2023 o Banco não teve resultado de operações não recorrentes.

### 24 | EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 21/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/21/STATE1574994321032024.pdf>  
Hash: 17109664893855311a64694d868b952605ee966651



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O  
Patrícia de Paula da Silva Paz  
Contadora - CRC - 1SP198827/O